



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

704  
✓

**Agravo de Instrumento n. 324.574-3**

Agravante: Cristiana Varjal Medicis Pinto

Agravado: Layette Lamartine Azevedo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Agravo de Instrumento – Procedência dos embargos de terceiro – Ordem de desbloqueio - Divergência sobre a liberação do valor bloqueado – Postura desidiosa da instituição financeira – Presunção da não liberação correta dos valores bloqueados - agravo de instrumento provido.

1. Há sentença prolatada pelo juízo de base no julgamento dos embargos de terceiro, a qual declarou insubsistente o ato que determinou o bloqueio e consequentemente a penhora dos valores constantes em sua conta da agravante por se tratar de bem de terceiro.
2. Divergência sobre a liberação do valor bloqueado. De um lado, o Banco afirma a ocorrência do desbloqueio de R\$32.118,88 em 05.06.2007; de outro, a agravante afirma ter o Banco liberado o crédito no valor de R\$32.118,88, mas em seguida realizou dois estornos nos valores de R\$16.659,78 e R\$2.581,15, faltando ainda receber a quantia de R\$ 19.118,88.
3. O Banco Santander, intimado pessoalmente para esclarecer a questão, quedou-se novamente inerte, assumindo a contumaz postura desidiosa em relação a todos as inúmeras vezes que o juízo *a quo* e este juízo *ad quem* tentam, em vão, esclarecer os fatos desta contenda.
4. Presunção do Banco Santander ter devolvido a quantia originalmente bloqueada de R\$32.118,88, mas efetuou "estornos", ou seja, debitou de maneira ilegítima e injustificada as quantias de R\$16.659,78 e R\$2.581,15, devendo estas serem restituídas à agravante. Bloqueio online deferido.
5. Agravo de instrumento provido à unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento n. 324.574-3, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em **dar provimento ao agravo de instrumento**, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que integram este julgado.

Recife, 27.5.17

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

788

**Agravo de Instrumento n. 324.574-3**

Agravante: Cristiana Varjal Medicis Pinto

Agravado: Layette Lamartine Azevedo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

**Ação originária** (fls. 34/54): **Cristiana Varjal**, ora agravante, ajuizou embargos de terceiro contra constrição judicial exarada na ação de execução de título extrajudicial, movida contra **Key Comércio Alimentício Ltda e Alexandre José da Costa Vasconcelos**, seu cônjuge.

O juízo julgou os embargos procedentes determinando a liberação do valor de R\$32.113,88, realizada pelo Banco Amro real S.A., sucedido pelo **Banco Santander**, responsável pelo bloqueio. Afirma ainda que conseguiu levantar apenas R\$13.000,00, dos R\$32.113,88 bloqueados, faltando receber ainda a importância de R\$ 19.118,88, devidamente corrigidos.

**Decisão agravada** (fl. 461): **indeferiu o direito de reaver a quantia bloqueada** tendo em vista a alegação do Banco recorrido pela ocorrência da devolução dos valores e de apesar de intimada, não teria a agravante acostado os extratos de sua conta corrente, conforme determinado pelo juízo.

**No momento cuido agravo de instrumento interposto por Cristiana Varjal contra decisão interlocutória do Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital.**

**Agravo de instrumento** (fls. 02/11): Pugna em sede de concessão de tutela recursal, pelo bloqueio online através do sistema Bacenjud e majoração da multa pecuniária, atualmente no valor de R\$200,00. **No mérito**, pugna pela reforma da decisão agravada.

**Decisão interlocutória** (fls. 775/776): Determinei a intimação pessoal do Banco Santander para manifestar-se, em 10 dias, sobre "o estorno -Doc 0011-Valor R\$16.659,78, constante à fl.45."

**Entretanto, devidamente intimado (fl.784), não apresentou resposta (fl.785).**

**Petição de Cristina** (fl.782): Pede também explicações do Banco sobre outro estorno no valor de R\$2.581,15, que deve ser acrescido ao montante ainda pendente de liberação a agravante.

É o relatório. Peço pauta.

Recife,

16.9.18

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

202  
✓

**Agravo de Instrumento n. 324.574-3**

Agravante: Cristiana Varjal Medicis Pinto

Agravado: Layette Lamartine Azevedo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Compulsando os autos, destaco os seguintes acontecimentos:

Às fls.236/241 há **sentença** prolatada pelo juízo de base no julgamento dos embargos de terceiro em 31.07.2008, pela sua **procedência para declarar insubsistente o ato que determinou o bloqueio** e consequentemente a penhora dos valores constantes em sua conta por se tratar de bem de terceiro.

À fl.330, em **05.10.2009**, consta ordem de desbloqueio do referido valor proferido pelo juízo de base.

Há diversas petições da agravante pleiteando o desbloqueio do valor em tela e vários ofícios foram expedidos ao Banco informando-o da determinação judicial, sem nenhuma resposta satisfatória da instituição financeira.

À fl. 437, **consta novo ofício do Banco informando o desbloqueio de R\$32.118,88 em 05.06.2007**, ficando disponível na conta da agravante para livre movimentação.

À fl. 387 há despacho determinando a apresentação dos extratos da conta corrente na qual houve bloqueio no intuito de comprovar a existência dos valores ali indicados.

A agravante peticionou à fl. 390 e seguintes acostando aos autos os extratos referentes ao período solicitado. Destes, destaco à fl. 405, a qual consta **extrato referente ao mês junho de 2007, no qual é possível visualizar um crédito no valor de R\$32.118,88, em seguida dois estornos nos valores de R\$16.659,78 e R\$2.581,15, além de duas retiradas que totalizam o valor e R\$13.000,00.**

Diante disso, o juízo da 36ª Vara Cível decidiu, à fl. 461, aceitando como suficientes às razões do Banco e entendendo que apesar de devidamente intimada para apresentar os extratos bancários solicitados, deixou a ora agravante de fazê-lo de maneira satisfatória.

Após desse breve histórico, decido.

Ora, diante da síntese dos fatos acima narrados, percebe-se que pelo extrato trazido pelo agravante, há de fato um crédito em sua conta no valor de R\$32.118,88, valor originalmente bloqueado.

A dúvida reside em saber a que referem os estornos presentes nesse documento nos valores de R\$16.659,78 e R\$2.581,15, totalizando a quantia de **R\$ 19.118,88**, importância esta pleiteada pela agravante.

**O Banco Santander, intimado para esclarecer a questão, ficou-se novamente inerte.**

Nesse sentido, na ação em epígrafe, o Banco Santander assume a contumaz postura desidiosa em relação a todos as inúmeras vezes que o juízo *a quo* e este juízo *ad quem* tentam, em vão, esclarecer os fatos desta contenda.

Além disso, frise-se: o Banco Santander poderia facilmente, através de seus registros e sistema interno, provar o desbloqueio em questão, mas ficou-se inerte durante todo esse período.

Neste caso, caberia ao Banco Santander o ônus da prova da efetiva devolução do valor indevidamente bloqueado, porque o Banco assume a posição semelhante de devedor, quando, em virtude de decisão judicial, deve liberar valor indevidamente bloqueado e não o faz.

Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme aresto abaixo ementado:

DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA EM FACE DE MUNICÍPIO. CONTRATO DE DIREITO PRIVADO (LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM OPÇÃO DE COMPRA). AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA. POSSIBILIDADE. DIREITOS INDISPONÍVEIS. INEXISTÊNCIA. **PROVA DA EXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO EXIBIDA PELO AUTOR. PROVA DO PAGAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ÔNUS QUE CABIA AO RÉU.** PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONCLUSÃO A QUE SE CHEGA INDEPENDENTEMENTE DA REVELIA. (...) 5. **A prova do pagamento é ônus do devedor, seja porque consubstancia fato extintivo do direito do autor (art. 333, inciso II, do CPC), seja em razão de coezinha regra de direito das obrigações, segundo a qual cabe ao devedor provar o pagamento, podendo até mesmo haver recusa ao adimplemento da obrigação à falta de quitação oferecida pelo credor (arts. 319 e 320 do Código Civil de 2002).** Doutrina. 6. Recurso Especial não provido. (STJ; REsp 1.084.745; Proc. 2008/0192667-6; MG; Quarta Turma; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 06/11/2012; DJE 30/11/2012) (original sem destaques)

E do TJRS:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. QUITAÇÃO PARCIAL DO DÉBITO. **O ônus da prova do pagamento é do devedor, do qual não se desincumbiu satisfatoriamente.** Art. 333, inciso I do CPC. Cotejando os documentos apresentados pelo embargante com o título executivo não é possível concluir que houve o pagamento parcial do débito isto é, das operações de cartão de crédito e cheque especial abrangidas pela cédula crédito bancário em execução. Conforme o art. 28 da Lei 10.931/2004, a Cédula de Crédito Bancário é título executivo...

(TJ-RS - AC: 70039712963 RS , Relator: Nelson José Gonzaga, Data de Julgamento: 16/02/2012, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/02/2012) (original sem destaques)

Na decisão agravada, o juízo *a quo*, inverteu esse ônus, determinando a agravante o dever de comprovar o desbloqueio pelo Banco, e além disso,

743  
c

diante dos extratos apresentados pela agravante, considerou a resposta da agravante insatisfatória, apesar de em sua decisão, não especificar, de maneira objetiva, o período a qual se referia.

Diante da suposta resposta da agravante ao seu ver incompleta, deveria o magistrado de base ter intimado a agravante para complementá-la, em vez de indeferir, por completo, o direito da agravante em reaver a quantia por tanto tempo perseguida.

Diante das provas constantes nos autos, não há como concluir de maneira diversa: **o Banco Santander devolveu a quantia originalmente bloqueada de R\$32.118,88, mas por outro lado, efetuou "estornos", ou seja, debitou de maneira ilegítima e injustificada as quantias de R\$16.659,78 e R\$2.581,15.**

Assim, entendo assistir razão a agravante no sentido de merecer ser reforma a decisão ora agravada para ser ressarcida da quantia de R\$19.118,88.

De modo a viabilizar a restituição do valor bloqueado, entendo ser necessário o retorno dos autos ao 1º grau para concretização do bloqueio on line, via BacenJud, da quantia de R\$19.118,88, para restituir a agravante do valor ora perseguido.

**Quanto ao pedido de estipulação de multa pecuniária**, entendo ser desnecessário diante do deferimento da realização do bloqueio on line perante o juízo *a quo*.

Desta forma, **dou provimento ao agravo de instrumento** para reformar a decisão ora atacada para determinar a devolução da quantia de R\$19.118,88 pelo Banco Santander.

É como voto.

Recife, 25.9.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator